

Os levantes armados de 1935 na visão do *O Globo*, como prática de uma campanha anticomunista

André Alexandre Valentini*

Resumo: As rebeliões de novembro de 1935 foram extremistas, por não apenas reputar o feito político daqueles acontecimentos, mas por produzir historicamente a ideologia anticomunista no Brasil. O objetivo deste trabalho consiste em retratar as manchetes do jornal *O Globo* em dezembro de 1935, como mostra de seu caráter anticomunista, o qual se apoiou em argumentos xenófobos, para associar as insurreições armadas daquele ano a manobras teleguiadas por Moscou.

Palavras chaves: Intentona; *O Globo*; anticomunismo.

The I rose armed as of 1935 on pages from the *O Globo*, as a handy from a campaign anti-communist

Abstract: The rebellions of the November of 1935 were extremist, not just for considering the political character of the events, but for producing the anti-Communism ideology historically in Brazil. The objective of this work consists of portraying the headlines of the newspaper *O Globo* in December of 1935, as display of his anti-Communism character, which leaned on in arguments xenophobes, to associate the armed insurrection of that year to a maneuvers operated by Moscow.

Key words: “Intentona”; *O Globo*; anti-Communism.

O governo Vargas, após a Revolução de 1930, soube contornar o ideal que teia o comunismo, como o fez nas revoltas em novembro de 1935, associando os ideais a práticas perigosas, ligados a manobras externas, caracterizando-se naquele período, pela traição à pátria sob o jugo do anticristo soviético.

Em 1940, o Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, Oliveira Viana¹ escreveu para a revista *Forense*, empregando como necessidade de formação da sociedade brasileira, mudanças de ordens e de ambiente, assim como a gênese da mentalidade do povo brasileiro, a partir da revolução de 1930.

Viana procurou demonstrar no texto, que seguiu com a publicação da revista, um alto respeito ao presidente Vargas, tratando-o como um líder pragmático e coerente, “que soube colocar a questão social dentro do quadro das nossas realidades.” (VIANA, 1940, p. 48).

* Graduando em História pela UEM. End. eletrônico: aavalentini@hotmail.com

¹ Francisco José de Oliveira Viana, jurista, professor, etnólogo, historiador e sociólogo. Foi, sucessivamente, diretor do Instituto do Fomento do Estado do Rio de Janeiro; consultor jurídico do Ministério do Trabalho; membro da Comissão Especial de Revisão da Constituição. Autor de obras, como *O acaso do Império* (1925) e *O Idealismo na Constituição* (1927).

A questão social levantada por Viana baseia-se na iniciativa do Estado em organizar uma reforma social, colocando como projetor das estruturas econômicas, políticas e sociais; o nacionalismo.

Nessa óptica, o consultor do Estado brasileiro argumentou em 1940, que o país passaria pelo processo de nacionalização. Seria papel do Estado, o poder de transformação daquela sociedade, avaliada por eles, como sendo, “semi-patriarcal e semi-industrial” (VIANA, 1940).

Para tanto, o caminho a ser seguido, segundo o documento de Viana reproduzido pela revista *Forense*, se submetia à força do Estado no desenvolvimento de ações políticas e administrativas, para enfim, atender as demandas materiais providas da urbanização e gerar benefícios para o atraso, assim como, a busca por um modelo ideal de sociedade.

Viana procurou sustentar que a iniciativa do Estado em organizar as bases da sociedade, era “uma outorga generosa dos dirigentes políticos – e não uma conquista realizada pelas nossas massas trabalhadoras” (VIANA, 1940).

O discurso previa uma transferência paternalística, o que permitiu ao governo afirmar que o Brasil era ideologicamente incipiente no ano de 1935, para associar o contexto social daquele período a uma ideologia dominante que pudesse subverter a ordem, para constituir um governo de massas. Oliveira Viana se referia a uma possível organização revolucionária em defesa de trabalhadores, que segundo ele, não atendia as condições históricas do país.

Nessa vertente, o consultor do governo, esclareceu que o problema do trabalhador brasileiro dependia do Estado. O que o faria levar as massas trabalhadoras uma solução mais suave, mais ponderada, “mais justa, mais consentânea, não só com a nossa estrutura econômica e social, mas com a nossa índole nacional” (VIANA, 1940, p. 49).

As declarações do governista mostram que o projeto nacional de Vargas, ausentaria das relações estabelecidas pelo Estado, qualquer movimento democrático, orgânico, ou mesmo, revolucionário que pudesse subverter a construção histórica dessa sociedade, avaliada pelo Estado como passiva e conformada.

Embasado por tais parâmetros, Viana de maneira sistêmica e objetiva expôs o projeto político do governo Vargas, contextualizando o período das insurreições armadas de 1935, que consistia na “eliminação do espírito de localismo: de outro, a eliminação do espírito de internacionalismo” Viana (1940, p. 53).

Atentamos o nosso problema à segunda opção. Todavia, entendemos que os movimentos armados de novembro de 1935, que contaram com a participação do PCB, foram importantes para ratificar de vez o projeto político do governo brasileiro, responsabilizando os comunistas pela implantação do Estado Novo, sob a acusação de estarem organizando um “plano subversivo sob-orientação da União Soviética”. “Responsabilidade póstuma, pois em 1937, o PCB estava esfalecelado, com seus dirigentes na prisão, assassinados ou clandestinos, seus militantes perseguidos, a direção do partido mudando de cidade e de Estado, tentando sobreviver” (VIANNA, 1995).

O PCB foi acusado de xenofobia pelo governo. Porém, essa não foi a primeira vez que o Partido era acusado de práticas traidoras para com a nação.

O periódico *O Globo*, no mês de junho de 1935, acusou a Aliança Nacional Libertadora ² de estar subordinada a um programa internacional de revolução. As insinuações do jornal naquele mês, segundo a historiadora Marly Vianna, “anunciava a descoberta de um plano subversivo para a implantação no Brasil de um regime soviético” (VIANNA, 1992).

Segundo a historiadora o jornal iniciava ali, embasado por suas notícias, suposições que colocavam em primeira instância o projeto nacional da ANL, sob a acusação de traição à pátria.

As notícias também inflamaram os Integralistas³ que, em disputa política com a ANL, enalteciam o caráter internacional do adversário, amparados pelo lema ‘por Deus, pela Família e pela Pátria’, clamando por ajuda contra os invasores.

Sob essas acusações a “situação se radicalizava, a ANL passava a apelar cada vez mais aos militares” (VIANNA, 1992). Os Aliancistas responderam a *O Globo*, alegando que o jornal era fruto de campanhas imperialistas. Porém, essas trocas de acusações foram negativas somente a ANL.

Avaliada com uma ameaça a nação, foi ordenada à ilegalidade em julho de 1935, pelo governo de Getúlio. Todavia, continuou mesmo na clandestinidade a defender seus propósitos políticos, agora com uma participação maior e mais constante de militares e

² A Aliança Nacional Libertadora foi um movimento político, organizado em março de 1935, que teve sua experiência cassada em julho do mesmo ano, sob a acusação de estar desenvolvendo um plano subversivo e antinacional contra o governo brasileiro. Faziam parte da ANL, políticos liberais, comunistas, militares e setores médios da sociedade urbana. A aliança tinha como projetos, a luta contra as idéias antifascistas movidas pela AIB e a implantação de um governo popular, contando com ajuda de militares e do povo.

³ O Integralismo no Brasil iniciou-se na década de 1930, muito embora, tenha sido diversas vezes associado ao programa fascista, sua história é inspirada pela Doutrina Social da Igreja Católica. No Brasil, o integralismo teve forte influência durante o longo período em que Getúlio Vargas esteve pela primeira vez no poder (1930-1945) e inicialmente deu sustentação à ditadura varguista. Vargas, porém, não se revelou o que os Integralistas esperavam. Tentaram um novo golpe em 1938, mas fracassaram.

do Partido Comunista Brasileiro, o que a ajudou a levá-la para as insurreições de novembro de 1935.

Essa forma alarmante de noticiar, correlacionando movimentos políticos nacionais a orientação internacional, voltou a fazer parte das manchetes do jornal *O Globo* em dezembro de 1935. O periódico foi muito além, ao tratar o PCB como insurreto, associou o seu espírito revolucionário, entregue as manobras internacionais vindas de Moscou.

Ao noticiar os levantes armados de 1935, o jornal *O Globo*, sob censura como os demais órgãos da imprensa brasileira, mas de modo contrastante com o tom sóbrio utilizado pelos demais periódicos, empregou, em suas manchetes, expressões alarmistas de cunho claramente xenófobo, como “invasão vermelha” ou “Moscou confessa”, divulgando que o Partido tinha planejado uma revolta armada no Brasil, orientados e diretamente influenciados pela Internacional Comunista.

Essa forma de noticiar, além de aumentar a circulação do jornal, incentivava, do ponto de vista político, o isolamento da esquerda e a confluência das demais e conflitantes correntes nacionalistas que participaram do movimento de outubro de 1930 (e que travavam à época intensa luta político-ideológica) em torno do anticomunismo.

O periódico publicou suas manchetes durante os atos insurrecionais e também posteriores às eclosões dos mesmos, que se pautou sobre os meses de novembro e dezembro de 1935, associando de maneira alarmante as insurreições à possível subordinação dos envolvidos com Moscou e a Internacional Comunista.

O Globo foi o primeiro a associar os levantes armados de novembro de 1935 à presença de comunistas soviéticos no Brasil. O que se tornou um elemento importante, para que Vargas pudesse ter em mãos mecanismos legais e ideológicos para culpar e punir os insurretos.

Na manchete de quinta-feira, 12 de dezembro de 1935, *O Globo* destacava em sua edição das 13 horas: “Ataque ao Guanabara! Era essa a intenção dos amotinados da Praia Vermelha”.

No dia seguinte, *O Globo* anunciava, pela primeira vez, a tese da subordinação dos levantes comunistas à orientação moscovita: “De Moscou à Praia Vermelha! Encontrados boletins de propaganda soviética no próprio quarto do chefe da rebelião do 3º R.I.”.

Essa forma de noticiar as insurreições que ocorreram em novembro foi publicada, mais uma vez na edição de 27 de dezembro de 1935, uma sexta-feira, *O Globo* reiterava à tese de subordinação da ação pecebista a nação estrangeira: “Preparada em

Montevideu, à revolução soviética no Brasil! O motivo oficial do rompimento de relações entre a república irmã e a Rússia. (Quartel General do comunismo na América do Sul!). Porque o governo do Uruguai rompeu relações com a URSS” (*O Globo*, 1935).

Na terça-feira, 31 de dezembro de 1935, *O Globo* publicava em sua edição das 17 horas: “Moscou confessa! O órgão oficial do Komintern confirma que foram os comunistas que fizeram à rebelião no Brasil”.

O jornal *O Globo* foi fundado em 25 de julho de 1925 por Irineu Marinho, que havia perdido a sua posição de acionista majoritário do primeiro vespertino que circulou no Rio de Janeiro, *A Noite*, por ele criado em 18 de julho de 1913.

Em *A Noite*, Irineu Marinho desenvolveu uma linha editorial voltada para a defesa de causas nacionais, através da crítica ao coronelismo e aos grandes trustes internacionais que atuavam no país, como a Lombar Corporation e a Brasil Railway Co.

As posições políticas que Irineu Marinho sustentava nas páginas de *A Noite* lhe trouxeram não poucos dissabores. Por ter se manifestado de maneira favorável à revolta tenentista de 5 de julho de 1922, o jornalista ficou preso por quatro meses.

Em 1913, seus desafetos da Brasil Railway Co., infiltraram um representante, Geraldo Rocha, na sociedade jornalística que Marinho dirigia. Em 1924, durante uma viagem de Irineu Marinho à Europa, em busca do conhecimento de novas técnicas jornalísticas e de equipamentos gráficos mais aperfeiçoados, Geraldo Rocha convocou a assembléia de acionistas e aumentou o capital do jornal. Transformando em acionista minoritário, o que lhe retirou a direção do jornal, Irineu Marinho acabou expurgado da empresa que ajudara a construir.

Ao criar *O Globo*, em julho de 1925, Irineu Marinho pretendia que o faturamento da empresa se apoiasse na obtenção de verbas publicitárias. Por isso, buscou aumentar o número de leitores através da ampliação da circulação do jornal para a área metropolitana do Rio de Janeiro. O crescimento da tiragem do jornal se constituía em condição para se ampliar do número de anunciantes. Com essa orientação, a rentabilidade do jornal se deslocava da circulação – da venda de assinaturas e exemplares avulsos - e passava a se amparar crescentemente nos anúncios comerciais. Essa visão inovadora da atividade jornalística antecipava a tendência - que se consolidaria na década seguinte - de transformação do jornalismo brasileiro em atividade empresarial: “o terceiro decênio do século [XX] foi de grande desenvolvimento da imprensa, particularmente no sentido de consolidar sempre a

estrutura empresarial. Os jornais e revistas de vida efêmera são muito mais raros agora (...) (SODRÉ, 1983).

Irineu Marinho não pôde se dedicar ao seu novo projeto jornalístico: vítima de ataque cardíaco faleceu em sua casa menos de um mês após a fundação de *O Globo*. Foi substituído por um colaborador, que também morreu. O jornal passou, então, às mãos do filho mais velho de seu fundador, o jovem e relutante Roberto Marinho, que se sentia despreparado para a incumbência.

No entanto, o papel da imprensa no país em 1935 não era cômodo. A imprensa ocupava o papel de representantes da opinião pública, mas era reprimida ideologicamente pela ação do governo.

Nesse cenário de repressões, os levantes de novembro 1935 acabaram por motivar ainda mais a censura à imprensa e a implantação dos estados de sítio e de guerra no país. De acordo com Nelson Werneck Sodré (1983), “A imprensa empresarial criou as condições para o desencadeamento e a manutenção desse clima de pânico e de medo. Pagou por isso, pouco depois, [...] como o Congresso que, votado o estado de sítio e o estado de guerra, acabou fechado” (SODRÉ, 1983).

O que serviu para o governo, logo após a eclosão das insurreições, sustentar os argumentos que debatia, correlacionando e punindo o Partido Comunista e seus membros, assim como o fez com a Aliança Nacional Libertadora em 1935.

Nessa ótica vemos como fato importante desse trabalho, o recorte temporal que analisa o jornal *O Globo* em dezembro de 1935, onde procurou associar as revoltas armadas daquele ano à influência de Comunistas a mando de Moscou.

A propagação dessas informações foi útil ao projeto nacionalista do governo brasileiro. Vargas soube conduzir o elemento ‘internacional’ em 1935, indiciando os movimentos que soavam posições distintas. Fez isso com a ANL e posteriormente com o PCB, podendo assim, implantar no país o seu projeto de Estado, contando com o respaldo da sociedade que fora envolvida em 1935 pelo sentimento do “medo”.

Em contrapartida, tanto o PCB quanto o movimento Comunista no Brasil, após os episódios de 1935 foram retratados como a estirpe de uma prática político ‘invasora’, sinônima de intervenção estrangeira em território nacional.

Nesse viés de conspirações e práticas antinacionais, os levantes ocorridos no Nordeste e no Estado do Rio de Janeiro foram produzidos pela historiografia, em grande parte, e elevados à condição de “Intentona Comunista”.

O termo “intentona”, sinônimo de plano insensato, conspiratório, permanece até os dias de hoje arraigado na historiografia brasileira, o que era para melhor ser avaliado

e debatido tornou-se ponto de partida para desmistificar a participação de alguns membros comunistas nas revoltas, configurando desde então, uma vasta bibliografia sobre o assunto, alimentando o caráter do anticomunismo no país.

Segundo a historiadora Marly Vianna, o conceito produzido: “Intentona Comunista” serviu, “(...) para dar aos levantes todas as terríveis conotações que se atribuíam ao comunismo: ser contra Deus, contra a pátria e contra a família, querendo instalar o inferno soviético no Brasil” (VIANNA, 1995).

Por outro lado à historiografia de esquerda avalia os levantes armados de novembro de 1935, em duas vertentes: a primeira, mais tradicional, que se mantém presa ao ardid político-ideológico do anticomunismo; atuando de modo defensivo face ao argumento xenófobo. Essa vertente procura negar o caráter ‘invasor’ e, portanto antinacional da atuação comunista.

A segunda vertente busca resgatar as especificidades da realidade brasileira e as complexas relações que se estabeleceram entre ela e o PCB, entre o partido e o Komintern, o Kominform e as múltiplas diretrizes que orientaram a política das relações exteriores soviéticas ao longo de quase todo o século XX.

Para a historiadora Marly Viana, a historiografia oficial, que é ideologicamente combatida pela esquerda foi capaz de conduzir às interpretações que cercam o movimento comunista em 1935, conotações pejorativas que procuraram desvirtuar a participação revolucionária de alguns membros comunistas nas revoltas. Com isso, “O pensamento crítico brasileiro não ficou imune a mais de meio século da avassaladora e maçante propaganda anticomunista, montada em torno dos episódios de novembro de 1935 (VIANA, 1992).

Porém, o PCB que não foi capaz de se posicionar, perante uma historiografia avessa a cerca dos episódios de 1935, tornou-se imóvel a crítica, e aceitou ao logo dos anos a pecha de Partido “Internacionalizado”, refém das medidas impostas por Moscou, sem nenhuma legitimidade ou autenticidade política e muito menos ideológica.

Mesmo quando houve a crítica, o posicionamento semeava um campo tentador, o de responsabilizar o então secretário-geral do Partido em 1935, Antonio Maciel Bonfim, o Miranda, que foi considerado desleal por sua cúpula e por Prestes, por avaliar de forma equivocada a realidade nacional.

Segundo Marly Vianna (1992), o Partido Comunista Brasileiro se posicionou com “(...) uma tendência, entre militantes e ex-militantes do PCB a atribuir os erros, (...) geralmente ao golpismo personalista de Luís Carlos Prestes, ou à irresponsabilidade e até mesmo à “traição” de Antônio Maciel Bonfim (Miranda)”.

A esse fato, o próprio Prestes, admitindo a responsabilidade pela eclosão dos atos em 1935, não deixa de associar sua carga ‘golpista’, ao fato de estar naquele período manipulado e envolvido pelo entusiasmado secretário-geral do PCB.

A posição de Prestes em 1935 ajudou em certo alcance convencer o Partido durante muitos anos, elucidando o seu papel de líder, que reconheceu os erros, mas que procurou também amenizar o seu envolvimento na tragédia ideológica que se lançou o Partido em aproximadamente cinquenta anos do século XX.

Prestes fora muito combatido pelas correntes de esquerda no país e, até mesmo por contemporâneos a sua época, ou mesmo pelos novos integrantes do PCB.

O Prestismo foi o conceito usado pela esquerda para *a priori* combater o posicionamento golpista do condutor comunista nas revoltas de 1935, destacando-se pelo radicalismo que agia sobre o Partido, imbuído por idéias pequeno-burguesas.

Essa posição é avaliada pelos estudiosos, como a fase obreirista do PCB, que se projetou acentuadamente nas vésperas das insurreições de novembro, por visualizar uma revolução armada a partir dos quartéis, ausentando a massa popular da discussão revolucionária.

No entanto, Prestes reconheceu em sua primeira entrevista, sobre os episódios de 1935, comentada posteriormente no livro de Vianna, que “estava muito longe de ser um comunista, um marxista... Esta é que é a realidade” (VIANNA, 1992).

O Cavaleiro da Esperança conclui na entrevista que em 1935, “Houve muito subjetivismo... Pensávamos que éramos os donos da situação. Como os tenentes: faziam a revolução pelo povo e este adere. Em 1935 eu era um tenente. (VIANNA, 1992).

Na entrevista, o líder das insurreições nega que naqueles episódios tenham sido dirigidos sob a óptica do tenentismo. O programa da ANL apoiada pelo PCB era sério e pregava a luta pela democracia. No campo das elites civis e militares, defendia uma ditadura liberal, para a classe trabalhadora era proposta à ditadura do proletariado. Sob esses aspectos a professora Vianna, avaliou que essa posição era peculiar aquela sociedade em 1935, imbuída “de fortes traços mandonistas” (VIANNA, 1992).

Esses argumentos explicitam as afirmações que ajudam a negar aos acontecimentos armados de 1935 ao seu vínculo externo. Sobre isso, o posicionamento orgânico das revoltas, seguindo as palavras de Prestes desmistifica aqueles que a julgam envolvida pela *conspiração soviética*.

A relação do PCB com a Internacional Comunista em 1935, já propiciava novos rumos. Porém, segundo a historiadora Vianna, alguns trabalhos procuram reproduzir, ou

muitas vezes se atentar, apenas ao papel de sublinhar o envolvimento dos órgãos, como uma verdade absoluta, sem qualquer estigma de independência.

Viana cita, para esquadrihar tal análise, Annie Kriegel, que em seu trabalho, aponta um “encontro historicamente concreto, [entre o PCB e a IC], o movimento comunista internacional, por um lado, e o sistema político nacional, por outro” (Vianna, 1992), entre o período que vai de 1924 a 1934.

Entretanto, o sentido dessa relação, como avalia Vianna, foi perdendo as características de uma estratégia internacional, simultaneamente pelas heterogeneidades nacionais. A Comunista analisou a versão de Kriegel, defendendo que a unidade internacional que institucionalizava o PCB acabou se submetendo as disparidades nacionais.

A historiadora procura demonstrar em seu trabalho, que houve é verdade, uma aproximação da IC com o PCB em 1935. Porém, esteve muito longe de uma organização que buscava a revolução.

A Internacional em 1935 no Brasil, segundo Vianna (1992), organizou um grupo pequeno de pessoas, para orientar o Partido, “(...) direção revolucionária: dois conselheiros políticos, dois quadros técnicos e apoio financeiro a suas atividades. Como grupo internacional de apoio a revolução, num país com as dimensões do Brasil, há de se convir que o grupo era bastante modesto”.

A avaliação de Vianna se sujeita as ponderações que ainda condicionam os levantes de 1935 a saldos positivos, organizados sob a esfera de lutas, convictos da prática democrática e pertencente naquele contexto, ao julgo político.

Entretanto, dentro da própria literatura do Partido muitos foram aqueles que viram as revoltas como um caminho oposto à discussão do Socialismo e da teoria revolucionária, iniciada por menor pela massa popular.

Destacamos nesse trabalho, o advogado Paulo Cavalcanti⁴ que proferiu dura crítica a forma personalista de agir da liderança comunista em 1935. Definindo que, os Comunistas que precipitaram as revoltas em novembro não se assemelham em nada com o real sentido de Socialismo, muito mais próximos de um projeto político reformador, que contava com interesses ambíguos, sem uma coesa organização revolucionária.

Cavalcanti aponta em sua obra que a luta pelo poder em 1935, compreendia politicamente duas frentes; “ser integralista ou ser aliancista” (CAVALCANTI, 1978)

⁴ A análise de Paulo Cavalcanti a respeito dos levantes de 1935 integra o primeiro volume dessa memorialística; O Caso Eu Conto Como o Caso Foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

Todavia, o advogado avaliou que o Partido Comunista Brasileiro agiu de forma precipitada quando apoiou a Aliança Nacional Libertadora ao movimento armado em meados da década de 1930. “(...) a polarização de forças gerando o sonho do Poder por parte dos correligionários da ANL e do seu grande aliado, o PC, confundindo-se as situações objetivas, imaturas para um movimento armado, de massa” (CAVALCANTI, 1978).

Segundo Cavalcanti a ANL, que foi fundada a 23 de março de 1935, desempenhou durante o tempo em que esteve ‘legal’ o “papel de advertir o povo sobre o caráter fascista do integralismo, agrupando legiões de simpatizantes” (Cavalcanti, 1978)

Nessa ótica, o escritor avaliou que a ANL foi à responsável pelos episódios de 1935, comprometida com o nacionalismo, aglutinando grupos ideológicos e políticos distintos, hostis ao fascismo representado pelos integralistas. “Na verdade, a Aliança Nacional Libertadora, responsável pela irrupção da revolta, era uma frente-única antifascista, a que se filiaram homens e personalidades de várias tendências políticas e até religiosas (CAVALCANTI, 1978).

Entretanto, a análise de Cavalcanti procura afirmar que a ANL influenciada pela presença de militares passou a agir já na ilegalidade “à conspiração, agora sob a bandeira da insurreição armada” (CAVALCANTI, 1978). “Era, no fundo, o “tenentismo” de cunho pequeno-burguês ressurreto, pregando o estabelecimento de um governo nacional-popular de trabalhadores de todas as categorias (CAVALCANTI, 1978).

Dessa forma Cavalcanti concluiu sobre os levantes apontando que “Todavia, entre julgá-la inoportuna e a seu tanto aventureira e acoimá-la de comunista vai um espaço abismal. Seu programa e suas metas eram reformadoras e antifascistas, longe de representar uma configuração sequer socialista (CAVALCANTI, 1978).

Prestes rebateu as críticas produzidas pelo advogado em 1982, na entrevista que concedeu aos jornalistas Dênis de Moraes e Francisco Viana. Na entrevista, o líder da Coluna na década de 1920, procura se inocular, afirmando que além de mostrar a coragem dos Comunistas no país em 1935, as “Comunas” deixaram um legado histórico para ser estudado.

O líder Comunista analisou que os levantes de 1935, apesar dos equívocos que os motivaram e do ônus político que passou a recair sobre o PCB, foram positivos: “(...) nosso partido (...) tem cometido muitos erros, mas isso não significa que a sua história não seja gloriosa, de grandes sacrifícios e abnegações” (MORAES; VIANA, 1982).

No cerne dessa discussão, apresentamos ao nosso trabalho a versão de João Quartim de Moraes, que avaliou em 1994, que os levantes de 1935, foi um movimento de esquerda “com importante participação da esquerda militar” (QUARTIM DE MORAES, 1994)

Na sua avaliação o autor considera que o levante de 1935 foi organizado pela Aliança Nacional Libertadora de forma “amplamente majoritária, embora a insurreição tivesse sido dirigida pelo PCB” (QUARTIM DE MORAES, 1994)

Entretanto, o professor e escritor Quartim de Moraes diverge da crítica feita por Cavalcanti, que considera um erro a ação do PCB em concentrar suas forças ideológicas de ação, restritas aos quartéis em meados da década de 1930.

Para Moraes, a esquerda brasileira e a esquerda militar defendiam os mesmos interesses, ou seja, estavam em defesa da causa nacional, apoiando-se nos interesses populares. O professor argumenta também, que os movimentos insurrecionais em novembro de 1935 foram estrategicamente organizados e conduzidos pela classe dos militares e de membros aliancista, descontentes com a postura política estatizante do governo Vargas.

Nessa ótica, o autor avaliou que seria improvável apontar à organização dos levantes armados de 1935 a presença direta de Moscou, contrariando as manchetes do *O Globo*.

Quartim de Moraes questiona ainda em sua obra, a avaliação de alguns historiadores, que influenciados pela cobertura jornalística do periódico em 1935, apontaram em seus trabalhos a participação direta da Internacional Comunista na organização dos levantes de 1935: “Um historiador honesto, antes de afirmar peremptoriamente que os revolucionários de 35 cumpriam ordens de Moscou, examinaria, ou ao menos mencionaria, o depoimento em contrário do chefe do levante, Luís Carlos Prestes (QUARTIM DE MORAES, 1994).

A análise do historiador submetesse ao brasilianista Stanley Hilton “Rebelião Vermelha”, no qual aponta à extensão do órgão moscovita a ação revolucionária do Brasil em novembro de 1935.

Segundo Quartim de Moraes, Hilton simplesmente passou os olhos sobre os documentos que incriminaram Prestes em 1936, deixando de atribuir a sua pesquisa um sentido mais contextualizado dos fatos.

Hilton pertence aqueles que vincularam a estratégia revolucionária nacional do levante de 1935 a invasão internacional, assim como destacou o jornal *O Globo* em suas

manchetes de dezembro de 1935. Todavia, segundo Moraes, o autor não faz tal menção dos fatos por desconhecer e, sim por prática tendenciosa.

Segundo Moraes, o historiador norte-americano conhecia os depoimentos feitos por Prestes que, defendia a não participação da Internacional Comunista nos levantes armados de 1935. Portanto, o escritor brasileiro avalia que Hilton, faz-se “de uma omissão deliberada, que dá a medida do facciosismo do autor” (QUARTIM DE MORAES, 1994).

Para concluir tal discussão e, livrar a IC da orientação revolucionária que fora a ela subjugada no Brasil em 1935, tanto pela historiografia, quanto pelo veículo de imprensa, no caso o jornal *O Globo*, Moraes aponta que o Komintern passava naquele período por uma nova orientação política.

O VII Congresso da Internacional Comunista⁵ em julho de 1935 procurava orientar os países que eram classificados como “semi-colônias ou colônias do Imperialismo norte-americano” (Quartim de Moraes, 1994), no caso o Brasil, para que pudessem discutir a organização de frentes populares, e combater as frentes nazi-fascistas.

Influenciados por essa posição, o PCB em meados de 1935, sob a orientação da IC direciona suas articulações no campo político, para apoiar a construção e formulação da Aliança Nacional Libertadora.

Segundo as avaliações feitas pela historiadora Marly Vianna, a União Soviética detinha preocupações internas ocupacionais, que infringiam justamente a defesa ideológica do Socialismo em um só país.

A historiadora sustenta que, “(...) a IC preconizava uma estratégia geral, antiimperialista, para a revolução brasileira, sem conseguir jamais precisá-la ou estabelecer procedimentos táticos para atingir o poder” (VIANNA, 1992).

A avaliação da autora procura ausentar o Comintern da revolta armada de novembro de 1935. Alegando que Moscou preocupava-se com o crescimento nazi-fascista na Europa, estando a América, como um todo, em segundo plano, na tentativa de expandir o modelo socialista da URSS. “inquestionável que a IC foi sempre eurocêntrica e soviocêntrica, e o Brasil – nunca fez parte das prioridades revolucionárias, voltadas, especialmente nos anos 30, para a defesa da URSS, num

⁵ O VII Congresso da Internacional Comunista acabaria por ser o seu último Congresso, sendo que a dissolução seria em 1943. O projeto discutido em 1935 tinha como pano de fundo, discussões a cerca da ofensiva frente ao fascismo, a proteção à URSS, o balanço da edificação do Socialismo na URSS, e o apoio as Frentes Únicas Operárias de convicções Antifascistas.

quando geopolítico alterado bruscamente pelo avanço do nazi-fascismo” (VIANNA, 1992).

Portanto, Vianna, como já citamos em outra passagem, não deixa de correlacionar a IC no programa ideológico e político do PCB, mas descarta sua participação no plano prático, afirmando que a situação nacional tinha um peso muito maior na articulação dos levantes. Relevando as “(...) influencias externas, [fixando sua análise, nos] condicionamentos nacionais amplamente preponderantes: as tradições políticas e a mentalidade dos diversos setores, grupos e classes que atuavam na sociedade brasileira da época (VIANNA, 1992).

Sobre a influência de Moscou nos levantes armados de 1935, Vianna conclui que “(...) a IC não passou de ator coadjuvante no drama de novembro de 1935 – que não planejou nem sugeriu -, mantendo sobre as anunciadas possibilidades revolucionarias do país uma expectativa conivente. (VIANNA, 1992).

Embasados pelos autores que foram discutidos nesse trabalho e, que contrariam os argumentos expostos pelo jornal *O Globo*, assim como aqueles que foram influenciados pelas manchetes, em decorrência das matérias do periódico, procuramos sustentar que os levantes armados de novembro de 1935 foram de responsabilidade do Partido Comunista Brasileiro, mas de espécie alguma estiveram diretamente ligados às manobras da URSS.

As interpretações que apresentamos procuraram associar os equívocos dos militantes do PCB em 1935, assim como a sua direção, mas classificá-los como despreparados, entregues aos interesses de Moscou, funcionando como marionetes do regime Stalinista, sem vida política ou sem história, parecem conter apenas aos interesses daqueles que viram nas revoltas um afronte aos “bons valores”, ao seio cristão e em especial ao projeto nacionalista do presidente Vargas.

Nessa ótica, e apontando as conclusões finais, procuramos desmistificar a visão do jornal *O Globo* sobre os episódios eclodidos no Brasil em novembro de 1935, levantando discussões que além de enfrentarem a posição do periódico, assumem uma postura ideológica avessa das noticiadas, debatendo profundamente os argumentos que foram expostos em suas manchetes nos mês de dezembro de 1935.

O jornal *O Globo*, que teve sua primeira publicação em 29 de julho de 1925, mesmo ano de sua fundação, procurou ao longo dos dias que antecedem os levantes de novembro de 1935, uma desvirtuada associação das revoltas aos interesses maiores da representatividade política nacional.

Nessa vertente se esquece a todo momento, de distinguir a eclosão das revoltas no Nordeste, com a insurreição na capital do país em 1935. E muito menos deixa de avaliar o conjunto de relações que haviam cercado os militares, por exemplo, desde a década de 1920, anos de importantes revoltas militares.

Segundo Marly Vianna, esse sim é o grande foco da discussão que cerca as revoltas armadas da metade da década de 1930. Para a historiadora as revoltas que iniciaram-se em 1922, detem o mesmo “espírito tenentista que vai nortear os levantes de novembro de 1935” (VIANNA, 1992).

O que nos chama a atenção nesse trabalho e, apurando a composição das fontes, observamos que *O Globo* não defendia abertamente o governo Vargas, mas a forma de se posicionar politicamente permitiu empurrar os movimentos organizados do país, como a ANL, apoiada pelo PCB, para o caráter do sentimento antinacional. Totalmente abusivo para o governo que fazia-se a propaganda, em favor da pregação e exarcebação do nacionalismo.

Todavia, o jornal se insere em discussões ao nosso ver contemporâneas, como prática de seu trabalho, que visa ressaltar o papel político-ideológico da grande imprensa brasileira.

O objetivo desse trabalho é compreender o debate que paulatinamente tomou corpo no Brasil em novembro de 1935 e, que tem suas conotações avaliadas até o presente. Sobretudo a dicotomia histórica gerada justamente pela influência do periódico.

Entretanto, além dos embates históricos causados, surge a nosso ver, um importante estudo sobre os interesses da imprensa empresarial, funcionando como agente capitalista em defesa de causas nacionais em contextos politicamente organizados sob a esfera mandatária do Estado.

Sobre o papel político-ideológico da imprensa (*O Globo* em 1935), propusemos avaliar a eficácia desse instrumento como uma representação política e ideológica no Brasil. Entendendo que a exposição dos fatos a cerca das revoltas armadas da década de 1930, factuaram uma opinião ou mesmo, uma representação que atingiu estratos da sociedade brasileira, mas em especial os detentores do poder estatal, assim como a oportuna historiografia oficial brasileira.

Referências:

CANALLE, Dario (et alii). *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985.

- COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição Comunista de 1935: Natal - O Primeiro Ato da Tragédia*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e Autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MORAES, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.
- MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil: da Coluna à Comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/1935)*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. (3ª ed.).
- VIANA, Oliveira. A Política Social da Revolução Brasileira. *Revista Forence*, pp. 48-61, outubro de 1940.
- VIANNA, Marly (Org.). *Pão, Terra e Liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro/São Carlos: Arquivo Nacional/UFSCar, 1995.
- VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.